

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 107
08/09/06 a 14/09/06**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista FAPESP), Haroldo Ledandek, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável) e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP).

Presidente da Petrobrás boliviana fez declarações sobre fornecimento de gás boliviano

O presidente da filial boliviana da Petrobrás, José Fernando de Freitas, declarou que a Bolívia não teria condições de cumprir integralmente seus contratos de fornecimento de gás para o mercado internacional. Segundo Freitas, se os compradores exigissem os volumes máximos previstos nos acordos de compra do produto, o país andino não teria condições de atender. O brasileiro informou, contudo, que o contrato com o Brasil tem caráter prioritário e que o país não corre o risco de ter diminuída a oferta do produto. Para o executivo, a capacidade da Bolívia é limitada pelo freio de investimentos estrangeiros no setor devido à nacionalização das reservas de gás decretada pelo governo daquele país em maio (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/09/06; O Globo – Economia – 08/09/06).

Ministros do G-20 reuniram-se para retomar negociações de Doha

Ministros do G-20 – grupo de países em desenvolvimento criado no âmbito das negociações sobre a Rodada Doha de desenvolvimento e liberalização comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC) – reuniram-se dia 09 de setembro no Rio de Janeiro para discutir alternativas para a retomada das discussões sobre a Rodada Doha. Articulado pelo ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, o evento contou com a participação de

representantes do G-33, do grupo das economias menores e mais vulneráveis (SVE), do bloco dos países menos desenvolvidos (LDC), das ex-colônias europeias na África, Caribe e Pacífico (ACP), além do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, da representante de comércio dos EUA, Susan Schwab, do representante de comércio dos EUA, do comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, e do ministro da Economia, Indústria e Comércio do Japão, Shoichi Nakagawa. Os representantes dos grupos de países em desenvolvimento buscaram delinear condutas convergentes nas negociações com os países desenvolvidos e emitiram declaração conjunta na qual pediram a retomada imediata das negociações lançadas em Doha, tendo como base os avanços obtidos em negociações anteriores. Também solicitaram que os países ricos assumam suas responsabilidades no cenário internacional, atendendo as solicitações dos países menos favorecidos (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/08/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/08/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/09/06; O Globo – Economia – 09/09/06 O Estado de S. Paulo – Economia & negócios – 11/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/09/06; O Globo – Economia – 10/09/06).

Celso Amorim declarou que acordo entre Uruguai e EUA é incompatível com Mercosul

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, declarou que a intenção do Uruguai em firmar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos é incompatível com o Mercosul. Segundo o chanceler, o governo brasileiro reconhece que as iniciativas em favor das economias menos favorecidas do bloco foram insuficientes, mas percebe-se que uma maior integração e cooperação no âmbito do Mercosul são benéficas para todos os países envolvidos. Amorim reconheceu que caso seja firmado, o acordo entre Uruguai e EUA tornará incompatível a permanência do país no bloco (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/09/06).

Representante norte-americana fez declarações sobre o Brasil

A representante de comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, afirmou que o Brasil deveria ser mais ambicioso na abertura de mercado do setor agrícola. De acordo com Schwab, tal abertura dever-se-ia à vantagem comparativa brasileira na área agrícola. As propostas de acesso a mercados oferecidos pela União Européia (UE), pelo Japão e outros países do G-20, como a Índia, segundo a representante, estão aquém do esperado pelo Brasil, que também gostaria que os subsídios domésticos americanos fossem disciplinados. Para Susan, seu país está preparado para fazer uma diminuição em seus subsídios, entretanto, requer um maior acesso a mercados. A fórmula apresentada por ela seria vantajosa ao Brasil, cuja questão primordial em Doha seria sua capacidade de negociação nos setores de indústria e serviços. A representante norte-americana ainda afirmou que a proposta norte-americana de corte da ordem de 66% nas tarifas agrícolas é muito mais vantajosa ao Brasil do que

aquela indicada pela UE, de 50%. Sobre a permanência brasileira no Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano, Schwab indicou tal possibilidade para alguns setores de exportações, uma vez que a reavaliação do programa analisará necessidades competitivas e outros objetivos que visam ajudar países mais necessitados. Ela lembrou ainda que a renovação deve ser aprovada pelo Congresso dos EUA (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/09/06).

OMC definiu prazo máximo para novo encontro da Rodada Doha

No dia 11 de setembro, a Organização Mundial do Comércio (OMC) definiu março de 2007 como a data limite para a retomada das negociações da Rodada Doha. O anúncio da decisão foi feito pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, logo após o fim do encontro entre os ministros do G-20, grupo do qual o Brasil é membro, da União Européia (UE), do Japão e outros países em desenvolvimento. Durante o encontro, os participantes mostraram-se dispostos a flexibilizar suas posições e reiteraram compromisso em finalizar a Rodada Doha. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, declarou que o fim das eleições para o Congresso norte-americano deverá facilitar o andamento do processo da rodada. Amorim ainda afirmou que o encontro realizado no Rio de Janeiro serviu para “destravar” as negociações e que a posição norte-americana neste momento foi “muito positiva” (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/09/06; O Globo – Economia – 11/19/06).

Mandelson mostrou-se contente e cobrou maior abertura da economia brasileira

O Comissário da União Européia (UE), Peter Mandelson, em visita ao Brasil para acompanhar as discussões acerca da retomada das negociações na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), declarou-se contente em saber que o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, estava confiante acerca da retomada e da conclusão da rodada de liberalização do comércio. No dia 11 de setembro, pela manhã, Mandelson reuniu-se com empresários da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e aproveitou para cobrar novamente mais cortes nos subsídios agrícolas dos EUA. O comissário disse ainda que os acordos de livre comércio em andamento da UE não significam uma alternativa à Rodada Doha. Em palestra na Faap (Fundação Armando Álvares Penteado), Mandelson cobrou maior abertura da economia brasileira e maior comprometimento do Brasil, Índia e China com países mais pobres (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/09/06; O Globo – Economia – 12/09/06).

Chanceler paraguaio visitou o Brasil

O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, visitou o Brasil no dia 11 de setembro e foi recebido em Brasília pelo chanceler brasileiro, Celso Amorim, e por outros técnicos do governo brasileiro, como o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. No encontro, apesar de Amorim expressar seu descontentamento em relação à decisão dos sócios menores do Mercosul – Uruguai e Paraguai - de negociar acordos com os EUA, ele “liberou” o Paraguai para que este faça acordos comerciais com os EUA, desde que tais acordos não propiciem acesso a produtos americanos que estão cobertos pela Tarifa Externa Comum (TEC). Por sua vez, o chanceler paraguaio afirmou que apesar do governo ter interesse em aumentar as relações comerciais com os EUA, o Mercosul continua sendo a prioridade de seu país. Os dois chanceleres discutiram ainda sobre as negociações para a reestruturação da dívida da Hidrelétrica Itaipu Binacional, sobre a necessidade de aumento de fiscalização do comércio ilegal na fronteira entre os dois países, e assinaram dois acordos: um na área ambiental e outro que permitirá ao Paraguai utilizar entrepostos no estado brasileiro do Rio Grande do Sul para aumentar suas exportações (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/09/06; O Globo – Economia – 12/09/06).

Brasil poderá voltar a investir na Bolívia

O ministro brasileiro de Minas e Energia, Silas Rondeau, declarou no dia 11 de setembro que existe a possibilidade do Brasil retomar seus investimentos na Bolívia como uma forma de garantir que os preços do gás natural importado não sofram reajustes extracontratuais. Rondeau acompanhará o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, à Bolívia no dia 15 de setembro para fazer parte das negociações entre os governos brasileiro e boliviano, com participação da Petrobrás e da YPBF, sobre o preço do gás importado. Segundo o ministro brasileiro, outros temas serão levados à reunião, tais como a utilização de biodiesel no combustível usado na Bolívia e a reavaliação de projetos antigos, paralisados após a estatização das reservas de gás no dia 1º de maio de 2006. No dia 11 de setembro, o presidente da Bolívia, Evo Morales, declarou ser difícil negociar com a Petrobrás e que seu governo não ampliará o prazo para que novos contratos com empresas de petróleo estrangeiras sejam assinados (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/09/06; O Globo – Economia - 12/09/06).

Banco Mundial avaliou países emergentes

Foi divulgado no dia 12 de setembro na Confederação Nacional da Indústria (CNI), que foi sede de um encontro entre empresários do Brasil, Índia e África do Sul, um documento completo feito pelo Banco Mundial sobre o ambiente de investimento nesses países. O relatório, que apontou os principais entraves em cada uma dessas economias, foi feito por técnicos a pedido do Brasil para que fosse divulgado às vésperas da reunião de cúpula do Fórum Ibas (Índia, Brasil

e África do Sul), que ocorreu no dia 13 de setembro em Brasília. Sobre o Brasil, o relatório apontou que os altos custos e o acesso restrito ao crédito constituem seus principais entraves (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/09/06; O Globo – Economia – 13/09/06).

Representantes do Brasil, Índia e África do Sul reuniram-se em Brasília

Ocorreu no dia 13 de setembro, em Brasília, o primeiro encontro de cúpula do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), cuja finalidade é discutir e negociar a transformação dos acordos de preferências de tarifas comerciais assinados em 2005 em uma área de livre comércio entre Mercosul, Índia e SACU (União Aduaneira da África Austral). No dia 12 de setembro, o presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, encontrou-se com o premiê indiano, Manmohan Singh, e ambos fizeram uma declaração defendendo a reforma do sistema de cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas. Com relação à Doha, demonstraram a continuidade do empenho do G20, mas nenhum dos dois expressou sua posição a respeito dos subsídios agrícolas. Ambos representantes assinaram ainda diversos acordos bilaterais e decidiram criar grupos de trabalhos conjuntos nas áreas de biocombustíveis e defesa. Após o encontro, Lula solicitou que os países emergentes sejam mais unidos para que se faça frente à União Europeia (UE) e aos EUA. Também no dia 12 de setembro iniciou-se o 1º Encontro Empresarial do Ibas, evento paralelo à reunião de cúpula, no qual o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, propôs a elevação da participação da Índia e da África do Sul no total de exportações brasileiras de 2% para 4% (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/09/06; Folha de S. Paulo – Brasil – 14/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & negócios – 13/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/09/06; O Globo - Economia – 13/09/06).

Brasil insiste em contestar EUA

O Brasil deve apresentar à Organização Mundial do Comércio (OMC) um novo pedido de investigação dos subsídios dos Estados Unidos ao algodão. O Itamaraty chegou a fechar um acordo com os americanos para que retaliações não fossem impostas, no entanto, com a recusa por aquele país de permitir as investigações da OMC, o país quer que a mesma divulgue se os Estados Unidos de fato cumpriram a determinação da entidade ou não. Caso a OMC julgue que não houve uma retirada adequada dos subsídios, os brasileiros poderão impor sanções aos Estados Unidos. Se árbitros condenarem os EUA, o Brasil poderá impor retaliações de até US\$ 4 bilhões (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/09/06).

Brasil pode recorrer a OMC contra a UE

No dia 13 de setembro, negociadores do Brasil e da União Europeia (UE) reuniram-se em Genebra para discutir as propostas apresentadas pelos

européus de compensação pelo aumento da tarifa de importação para o frango salgado brasileiro. No início de 2005 o Brasil ganhou o direito de compensação pelo aumento da tarifa de 15% para 75%, mas as propostas europeias apresentadas foram consideradas insuficientes. Caso as negociações não avancem, o Brasil poderá entrar com um novo processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) para que esta defina as condições para implementação das medidas de compensação. Segundo o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Mário Mugnaini, as propostas europeias apresentadas até então foram insatisfatórias e o Brasil lutará para continuar exportando o produto para a UE com a alíquota reduzida. O Brasil defende que, no acordo de compensações, seja estabelecida uma cota para o produto brasileiro com base na média exportada nos últimos 3 anos, e não 10 anos como quer a UE, pois a exportação brasileira de frango salgado para a Europa só cresceu a partir dos anos 2000. No dia 9 de setembro, na presença do comissário de Comércio da União Europeia, Peter Mandelson, Celso Amorim expressou seu descontentamento acerca do aumento das tarifas de importação de frango salgado por parte do bloco europeu. A discussão bilateral entre as duas autoridades ocorreu em paralelo às discussões da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & negócios – 13/09/06; O Globo - Economia – 13/09/06).

Cepal divulgou relatório sobre América Latina e Caribe

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) divulgou o relatório “Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe 2005-2006” no qual concluiu que a região não se beneficiou do cenário favorável da economia mundial desde 2003 para consolidar sua participação no mercado mundial. O relatório, além de sugerir a integração da cadeia produtiva da América Latina e do Caribe com a da China e da Índia, prevê que a região aumentará em 2006 suas exportações em 20% em relação ao ano passado, o que se deve, em grande parte, ao aumento dos preços internacionais do petróleo e de produtos minerais. Sobre o Brasil, o relatório apontou um crescimento de 8% nas exportações em 2007, índice inferior ao de 2005 e de 2006 (cerca de 9%) (O Estado de S. Paulo – Economia & negócios – 13/09/06; O Globo - Economia – 13/09/06).

Mercosul recebeu críticas do Uruguai

No dia 12 de setembro, o ministro da Economia e Finanças do Uruguai, Danilo Astori, criticou duramente o Mercosul dizendo que o Uruguai está tentando acelerar o processo de negociação de acordos com países que não fazem parte do bloco e acusou o Brasil e a Argentina de firmarem acordos que excluam os sócios menores – Uruguai e Paraguai –, aumentando, assim, a discrepância econômica entre os membros do Mercosul. O ministro ainda ressaltou que no processo de recuperação da economia uruguaia, os negócios com os sócios do bloco estão perdendo espaço para outros países, como os EUA. (O Globo - Economia – 13/09/06).

Governo Boliviano congela decisão de confiscar as receitas das refinarias da Petrobrás

Pouco depois de aprovar a Resolução Ministerial que confiscaria as receitas das refinarias da Petrobrás, o governo boliviano recua em sua decisão e decide congelar a resolução por tempo indeterminado. O governo brasileiro alegou que a medida inviabilizaria os negócios da estatal brasileira naquele país e que a mesma recorreria ao Banco Mundial para resolver a situação. A medida permitiria o confisco da receita das refinarias ao considerá-las prestadoras de serviço. O governo brasileiro em retaliação à medida decidiu cancelar a viagem marcada para o dia 15 de setembro, à Bolívia. A nova data foi agendada para o dia 9 de outubro (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/09/06).

Chávez sugere mudança da sede da ONU para o Brasil

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou nesta semana que irá propor a transferência da sede das Nações Unidas, atualmente em Nova York, para outra cidade, provavelmente Brasília. A alegação do presidente venezuelano é que os Estados Unidos negaram vistos para membros da missão diplomática venezuelana que participará na próxima semana da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Um porta-voz da Embaixada dos EUA em Caracas, no entanto, informou que as autorizações foram solicitadas fora do prazo mínimo necessário e que ainda estão sendo processadas (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/09/06).

Brasil e EUA debatem combate à corrupção

Na próxima segunda-feira, dia 18, Joseph Capone e Paul Joseph, promotores da divisão criminal e do escritório de Assuntos Internacionais do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, reunir-se-ão em São Paulo com promotores do Ministério Público Estadual e Federal. O objetivo da reunião será o aperfeiçoamento da cooperação entre o Brasil e os EUA para investigações sobre corrupção, lavagem de dinheiro e evasão (Folha de S. Paulo – Nacional – 14/09/06).